



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 28 de agosto de 2010
Correio Braziliense/BR*

GDF suspende repasse

CIDADE

Diante das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, governo paralisará o pagamento à administração do Hospital de Santa Maria

Mariana Moreira

A crise institucional envolvendo a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a Real Sociedade Espanhola Beneficência, que administra o Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), ganhou ontem mais um capítulo. Diante das denúncias de irregularidades, apontadas em um relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o governo decidiu suspender temporariamente o pagamento, com o intuito de reduzir o lucro da organização social por meio de descontos dos serviços não prestados. Vou analisar a fatura e terei que cobrar coisas que não estão sendo bem-feitas. Mas é preciso fazer isso de forma inteligente, pagando o essencial para o funcionamento do hospital, avalia a secretária de Saúde, *Fabíola Nunes*.

Em 30 dias, a secretária precisa apresentar respostas aos questionamentos do tribunal.

Ao longo de 32 páginas, o relatório, assinado pela conselheira do TCDF Marli Vinhadeli, lista diversas ingerências. Uma das denúncias mais graves aponta que um equipamento hospitalar comprado pela Secretaria, no valor de R\$ 3,9 milhões, e destinado ao HRSM teria sido desviado para Salvador (BA), cidade em que a mesma organização social que gerencia o hospital administra, há 120 anos, uma tradicional unidade de saúde. Tenho que ir atrás desse aparelho. Se eu tivesse um cheque-caução, descontaria do valor repassado, afirma a secretária. Segundo ela, se o equipamento não for encontrado, o valor gasto com a compra, além de todas as outras irregularidades, será abatido das parcelas mensais repassadas à entidade, de R\$ 11 milhões.

O parecer salienta ainda que, nos três primeiros meses de gestão da unidade, o GDF repassou cerca de 4,8 milhões de reais, mas a Real Sociedade teria prestado contas de menos de R\$ 219 mil.

Em maio deste ano, uma equipe da secretaria coletou informações que apontam saldo excessivo em caixa, de cerca de R\$ 21 milhões. A chefe da pasta diz ter pedido planilhas contábeis mais recentes, mas ainda não recebeu os comprovantes. Também consta que as tabelas de custos detalhadas por preços unitários, que justificam o valor total do contrato, orçado em R\$ 222 milhões, não foram apresentadas.

Sem fiscalização

O TCDF destacou ainda que as comissões de avaliação não atuaram conforme as regras. O órgão de fiscalização, batizado de Comissão de Avaliação de Desempenho de Organizações Sociais na Saúde, só foi criado em maio de 2010, 16 meses após a assinatura do contrato. Um dos itens do acordo define que as avaliações de desempenho devem ser, no mínimo, anuais.

Outra irregularidade mencionada foi a destinação do dinheiro. A regra define que os recursos sejam depositados em uma conta específica, exclusiva, contendo o CNPJ do hospital e aberta na instituição financeira oficial do governo, o Banco de Brasília (BRB). Após fazer o caminho correto, o dinheiro seguiu, no entanto, para contas abertas em agências do Banco do Nordeste na Bahia, onde permanecia em contas-correntes ou aplicado em investimentos de longo prazo. Essa prática confunde o controle do destino e da procedência do dinheiro, já que o GDF não tem acesso a essas contas. Se esse procedimento continuar, o pagamento pode até ser suspenso, relata Fabíola Nunes.

Todos os gestores da Secretaria receberam cópia do relatório para que possam avaliar uma forma de contribuir para a solução do imbróglio. Outra medida foi aumentar o efetivo de funcionários que está no hospital definindo os móveis e equipamentos que são patrimônio do governo local e os pertencentes à organização administradora.

Em nota, a Real Sociedade Espanhola de Beneficência admite ter tomado conhecimento do relatório do TCDF. Segundo a manifestação oficial, o departamento jurídico da organização observou interpretações distorcidas em relação à gestão da instituição médica e o diretor do hospital, Evandro Oliveira Silva, deve se pronunciar sobre o assunto apenas na próxima segunda-feira.

O número

R\$ 11 milhões

Valor mensal repassado pelo GDF à entidade que administra o HRSM

Detecção de câncer é mais facilitada

SAÚDE

Clínica no Rio de Janeiro recebe mamógrafo que permite atendimento de 100 pacientes ao mês

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que, até o fim deste ano, 50 mil novos casos de câncer de mama serão registrados no Brasil, um dado alarmante de seu crescimento. No Rio de Janeiro, a medicina preventiva recebeu mais um aparelho para combater a doença.

Pacientes que tenham mais de 40 anos ou que possuam prescrição investigativa da glândula mamária poderão se examinar na MED-RIO Checkup. De acordo com o médico Gilberto Ururahy, diretor da clínica, o aparelho atenderá cerca de 100 mulheres por mês, com médicos capacitados para incentivar a prática preventiva, além de gerar comodidade a pacientes que já adotaram o checkup como exame de rotina.

Para Ururahy, o ritmo de vida atribulado da mulher contemporânea está engrossando as estatísticas. - A sobrecarga feminina em tarefas profissionais, somadas às demandas pessoais como cuidar dos filhos, investir em estudos paralelos e o aprimoramento da carreira tornou-se estopim para numerosas doenças psicossomáticas - estima Ururahy. - Ainda na década de 90, o câncer de mama incidia sobre mulheres com mais de 40 anos. Atualmente, executivas aos 25 anos já sofrem com a doença.

Mais precisão

A mamografia é um exame radiológico capaz de identificar qualquer alteração na estrutura mamária, seja benigna ou maligna.

Nos últimos anos, tornou-se importante aliado no diagnóstico do câncer de mama. Sua precisão é capaz de detectar alteração na glândula mamária até dois anos antes que um nódulo torne-se palpável.

Equipamentos modernos como o adquirido pela MED-RIO Checkup garantem exame mais rápido, com melhor qualidade de imagem, menos desconforto e menor exposição à radiação - cerca de 50 a 100 vezes abaixo dos níveis dos mamógrafos utilizados há 10 anos.

Terceirização da saúde vai passar por perícia

SAÚDE

Foz do Iguaçu - Prática disseminada nas administrações públicas, mas questionada pela Justiça, a terceirização de serviços na área de saúde é um dos alvos de uma auditoria feita por técnicos dos Tribunais de Contas do Estado do Paraná e da União e por auditores-médicos do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus). A perícia ocorre em Londrina, Foz do Iguaçu, Cianorte e Umuarama, no interior do estado. O trabalho teve início no dia 16 de agosto em Londrina e deve terminar dia 17 de setembro em Foz do Iguaçu.

As quatro cidades paranaenses estão sendo visitadas por apresentarem inconsistências perante o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS), responsável pelo registro dos procedimentos médicos pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país. Durante as auditorias, os técnicos verificam, entre inúmeras tarefas, o número excessivo de atendimentos em relação ao baixo número de funcionários.

Também avaliam o teor e a legalidade dos contratos entre municípios, Estado e entidades incluindo organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), organizações não governamentais (ONGs) e fundações para verificar se estão de acordo com regras do SUS ou causam prejuízo público.

Polêmica

Em Foz do Iguaçu, a terceirização do serviço da saúde gera polêmica antes mesmo da chegada dos auditores. A contratação da organização social (OS) Pró-Saúde pelo município para administrar o Hospital Municipal já resultou em uma ação no Ministério Público do Trabalho (MPT). O procurador Enoque Ribeiro dos Santos explica que o contrato foi questionado porque a administração pública direta (União, Estado, município) não pode terceirizar a atividade fim, conforme o artigo 37 da Constituição Federal. É preciso fazer concurso público e contratar servidores, alega. O MPT pede a rescisão do contrato com a OS. A mesma posição tem o Conselho Municipal de Saúde.

O presidente do órgão, Ricardo Foster, diz que a terceirização não atinge apenas o hospital. Hoje boa parte dos serviços está terceirizado, incluindo psicológicos, funcionários de postos de saúde, médicos da família, salienta.

No início do mês, o município obteve uma vitória na Justiça. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedeu liminar derrubando a sentença que determinava a rescisão do contrato com a OS. A suspensão está mantida até decisão final do mandado de segurança.

O Secretário Municipal de Saúde de Foz, Luiz Fernando Zaperlon, diz que o município não faz nada ilegal. Em São Paulo, inclusive, o mesmo procedimento é adotado com base em uma lei federal que disciplina a contratação de OS, prática comum em outros estados. Segundo ele, os custos com a

manutenção do hospital passaram a ser 30% menores a partir da contratação da OS. O nosso hospital era muito mais caro quando tocado pela prefeitura do que agora. Essa é uma discussão ideologizada, diz. Ele afirma que o município não tem nada a temer com a auditoria.

Em Umuarama, os serviços prestados por terceirizados também chamaram atenção da auditoria. O presidente do Conselho Municipal de Saúde, Valentin Spancerski, diz que o número de funcionários pode estar incompatível com a quantia de atendimentos prestados. Pelo número de funcionários não haveria como fazer tantos procedimentos. Em Umuarama não há hospital público. O serviço de alta complexidade procedimentos médicos que envolvem tecnologia e alto custo é quase 100% terceirizado na cidade, segundo Spancerski. A equipe de auditores passou por Umuarama na semana passada. As próximas cidades serão Cia Norte e Foz do Iguaçu.

*Brasília, 31 de agosto de 2010
Folha de S. Paulo/BR
Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Inca*

Número de fumantes diminui 45% em 20 anos

FOLHA CORRIDA

De acordo com o Inca (Instituto Nacional de Câncer), um terço dos brasileiros com mais de 18 anos fumavam em 1989. Hoje, o número caiu para 18%, o que representa queda de 45%.

No total, o número de brasileiros fumantes é de 25 milhões - 45,6% deles dizem ter tentado parar nos últimos 12 meses.

A pesquisa, feita em 14 países, revela que a proporção de fumantes é menor no México (15,9%) e maior na China (27%) e no Uruguai (25%). Feito no Brasil desde 2008, o estudo ouviu mais de 39 mil pessoas.

No Brasil, 22% dos homens e 13% das mulheres fumam - e elas começam a fumar antes que eles. "Elas começam mais cedo, mas também abandonam logo o fumo, talvez devido à gravidez", diz Liz de Almeida, gerente da Divisão de Epidemiologia do Inca.

O percentual de fumantes é maior entre as pessoas com idade entre 45 e 64 anos (22,7%).

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 31 de agosto de 2010.
Secretaria Executiva do CNS
Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde